



PRIMEIRA INFÂNCIA NA PARAÍBA

Um retrato da realidade e caminhos para o futuro

Auditoria do TCE-PB revela desafios e aponta soluções para garantir direitos às crianças.



Tribunal de Contas
do Estado da Paraíba



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Presidente

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

Relator do Processo TC Nº 07533/24

Conselheiro André Carlo Torres Pontes

Diretor Geral

Severino Claudino Neto

Diretor de Auditoria e Fiscalização

Eduardo Ferreira Albuquerque

Composição da Equipe de Auditoria

Adriana Falcão do Rêgo (Coordenação)

Cristiana de Melo França

George Lucas Lisboa da Silva

Ivo Cilento

Marcus Felipe Bezerra da Costa

Expediente:

Edição: Assessoria de Comunicação do TCE-PB

APRESENTAÇÃO

Cuidar da Primeira Infância é cuidar do nosso futuro. Estudos comprovam que os primeiros 72 meses de vida são os mais férteis para o desenvolvimento humano, e investir nas nossas crianças é a forma mais eficaz de combater o ciclo da pobreza e promover a verdadeira justiça social. O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), exercendo seu papel não apenas de fiscalizador, mas de parceiro no aprimoramento da gestão pública, assumiu o compromisso de priorizar essas políticas.

Este Sumário Executivo traduz, de forma clara e transparente, o raio-x que foi feito em todo o Estado. Nosso desejo é que estas páginas inspirem gestores e cidadãos a construir, juntos, um ambiente onde cada criança paraibana possa florescer com saúde, educação, proteção e alegria.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

Por que a auditoria foi realizada?

A Primeira Infância é o alicerce da vida. O Marco Legal da Primeira Infância e a Constituição Federal exigem que o Estado dê prioridade absoluta aos pequenos. Investir nessa fase traz o maior retorno social e econômico possível para a sociedade.

E os Tribunais de Contas brasileiros têm a responsabilidade de acompanhar e avaliar as políticas públicas, verificando se estão funcionando bem e gerando resultados.

Qual foi o objetivo da auditoria?

Examinar três aspectos essenciais na Paraíba:

- *Como a Política da Primeira Infância está organizada e implementada (leis, planos e gestão);*
- *Como os serviços chegam à população (educação, saúde, saneamento, nutrição e lazer); e*
- *Como acontecem os programas de visita às famílias mais vulneráveis (Estratégia Saúde da Família e Programa Criança Feliz).*

ESCOPO DA AUDITORIA

Estes aspectos foram agrupados em eixos de investigação da Auditoria Operacional):

EIXO 1

A organização e a implementação da Política (o “esqueleto” do sistema).

Institucionalização e implementação da Política da Primeira Infância

Formalização da PPI no Estado

Implementação da PPI nos Municípios

Identificação das ações nos instrumentos orçamentários

EIXO 2

As Políticas Setoriais (as “mãos à obra” em Educação, Saúde, Nutrição e Lazer).

Políticas Setoriais

Educação Infantil - Oferta de vagas e qualidade da infraestrutura

Saúde - Acompanhamento pré-natal, atendimento de crianças de 0 a 6 anos e acesso à água tratada e esgotamento sanitário

Alimentação e nutrição

Espaços externos de lazer

EIXO 3

As Visitas Domiciliares (o “cuidado de perto” dentro de casa).

Visitas domiciliares da ESF e do PCF

Instrumento de planejamento monitoramento e avaliação

Procedimentos de execução

Articulação das ações

Recursos e Ferramentas

AGENDA 2030 E A PRIMEIRA INFÂNCIA

Investir nos primeiros anos de vida é um bom caminho para o alcance dos **objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)** da Agenda 2030, um plano para todo o mundo, proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU). Veja como a política pública da Primeira Infância relaciona-se com os ODS e as características de **visão sistêmica e transversalidade** presentes nas duas:





EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

Acesso universal à educação pré-escolar de qualidade (Meta 4.2); estímulo ao aprendizado desde o nascimento para sucesso acadêmico futuro.



AMBIENTE, LAZER E CONSUMO

Criação de espaços públicos verdes e seguros (Meta 11.7); "desemparedamento" das crianças em relação ao brincar; proteção contra publicidade infantil e consumo precoce.



PAZ E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Promoção de resiliência e saúde neurobiológica; combate direto ao abuso, exploração e violência contra a criança (Meta 16.2).

METODOLOGIA

Como a auditoria foi realizada?

A fiscalização seguiu padrões técnicos reconhecidos internacionalmente para auditoria operacional (desempenho).

Diagnóstico

Estudo do tema e da legislação sobre Primeira Infância, entrevistas com secretarias estaduais e questionário de sondagem para os 223 municípios.



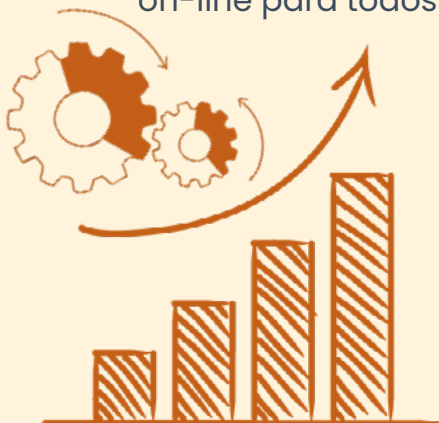
Planejamento

Definição do escopo, das questões de auditoria e a forma de execução.



Execução

Visitas a creches, postos de saúde (UBS) e Centros de Assistência Social (Cras), entrevistas com gestores e famílias atendidas, além de análise de documentos e envio de questionário on-line para todos os municípios.



Tudo feito com transparência e diálogo com os envolvidos, apresentando para eles a Matriz de Planejamento e a Matriz de Achados (onde estão as conclusões da auditoria).

ACHADOS DE AUDITORIA

De modo geral, o Estado e os Municípios têm ações em andamento, mas ainda falta integração, planejamento e melhoria na execução.

Vamos ver isso por partes?

Formalização e Implementação da Política (Eixo 1)

No Estado

Não existe uma lei formalizando a Política Estadual da Primeira Infância. O plano existente não funciona como ferramenta real de gestão, precisando ser revisado.



Nos Municípios

A maioria não possui um Comitê Intersetorial funcionando bem, nem um Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI) aprovado e com metas claras, além de um Fundo ativo para captar recursos.



No Orçamento

Não há marcadores ou carimbos no orçamento do Estado ou dos municípios que digam exatamente quanto está sendo gasto na Primeira Infância de forma integrada.



Ações Setoriais (Eixo 2)

Educação Infantil

Faltam vagas e existem muitas obras de escolas paralisadas ou inacabadas (dinheiro parado). Além disso, a qualidade da infraestrutura preocupa: faltam berços, banheiros adaptados, segurança (extintores, câmeras, etc...) e apoio de psicólogos e pedagogos.



Saúde (Gestantes e Crianças)

A maioria das cidades não atinge a meta básica de 6 consultas de pré-natal para as gestantes. Faltam pediatras nos postos do SUS (apenas 54 dos 223 municípios têm esse médico) e as filas de espera para especialistas (como neuropediatras para diagnóstico de autismo) são longas e pouco transparentes.



Saneamento

O esgoto a céu aberto e a falta de água tratada ainda são realidades cruéis que adoecem as crianças (diarreias, verminoses), além da maioria dos municípios não possuir Plano de Saneamento Básico.



Nutrição



As ações públicas são fracas para garantir segurança alimentar. Falta acompanhamento nutricional preciso para gestantes e bebês com poucas campanhas efetivas de educação sobre alimentação e aleitamento.

Lazer e Espaços Livres

As crianças estão “emparedadas”. Falta área verde adequada nas creches e pré-escolas e as praças públicas raramente são pensadas para a Primeira Infância (com acessibilidade, sombra e brinquedos seguros), especialmente nos bairros mais pobres.



Visitas Domiciliares (Eixo 3)

Falta planejamento baseado em dados e diagnósticos reais dos bairros para os programas (Saúde da Família e Criança Feliz).

A “busca ativa” (ir atrás de quem realmente precisa) é frágil, deixando invisíveis as famílias mais vulneráveis.

As secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social não “conversam” entre si, a articulação é precária e isolada. Faltam recursos básicos (como fardamento e transporte seguro) e capacitação contínua para os bravos profissionais que fazem as visitas nas casas.

RECOMENDAÇÕES

O que os Municípios e o Governo do Estado precisam fazer?

Para mudar toda esta situação, o TCE-PB mapeou as rotas de solução, que são as recomendações.

Formalização e Implementação da Política

No Estado

Criar a Lei da Política Estadual da Primeira Infância e revisar o plano estadual.



Nos Municípios

Criar seus Comitês Intersetoriais, elaborar seus Planos Municipais (PMPI) com a sociedade, e ativar Fundo específico (como o FIA), para captar recursos.



No Orçamento

Criar “marcadores” no orçamento.

Precisamos ver claramente onde cada centavo da Primeira Infância está sendo planejado e gasto.



Ações Setoriais (Eixo 2)

Educação Infantil

Retomar as obras de creches paradas, adequar os prédios com mobiliário seguro infantil e melhorar o apoio pedagógico, inclusive com mais psicólogos/pedagogos.



Saúde (Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos)

Aprimorar a busca ativa de grávidas para garantir o pré-natal completo e ampliar a oferta de consultas com ginecologistas/obstetras.



Contratar mais pediatras e profissionais para o desenvolvimento infantil (fonoaudiólogos e terapeutas) e criar uma fila única e transparente para exames e cirurgias no Estado.

Saneamento

Mapear áreas de risco sanitário.

Planejar e investir em água tratada e esgotamento.



Nutrição



Criar programas locais de combate à insegurança alimentar com diagnóstico sócio-econômico da população.

Lazer e Espaços Livres

Atualizar os Planos Diretores das cidades para exigir áreas verdes. Investir em praças com árvores e parquinhos inclusivos, priorizando os bairros mais carentes.



Visitas Domiciliares (Eixo 3)

Planejamento: Usar dados do CadÚnico para mapear e cruzar informações, criando metas reais de atendimento.

Execução: Criar protocolos de segurança para os visitantes que entram em áreas de difícil acesso.

Integração: Promover o encontro constante entre os postos de saúde e a assistência social. As equipes precisam agir em rede.

Apoio: Garantir infraestrutura de trabalho (transporte, materiais educativos) e treinamento contínuo para os visitantes.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

Se as recomendações forem implementadas, o que a sociedade ganha?

Com a Formalização e Implementação da Política



Ganhamos transparência e continuidade. O dinheiro será gasto de forma inteligente, sem desperdícios ou projetos abandonados a cada troca de governo. As metas poderão ser cobradas pela população.

Com as Ações Setoriais Fortalecidas

Ganhamos vida e dignidade.

Mais crianças com o cérebro sendo estimulado na idade certa, em creches seguras.

Redução drástica na mortalidade de bebês e mães, com gestações acompanhadas e crianças autistas ou com deficiências diagnosticadas cedo, recebendo amor e terapia.

Crianças menos doentes (sem infecções por falta de esgoto ou desnutrição) com cidades mais frescas, verdes e justas para o brincar.



Com Visitas Domiciliares Eficientes

Ganhamos laços e proteção invisível.

A mão do Estado alcançará quem está escondido na pobreza extrema.

Com equipes bem treinadas e equipadas, os pais aprendem a cuidar melhor, a proteger contra violências e a estimular seus filhos dentro da própria casa, gerando um efeito positivo para toda a vida da criança.

PRÓXIMOS PASSOS: DO PAPEL PARA A REALIDADE

O trabalho não termina aqui!

O objetivo principal da Auditoria Operacional é gerar melhorias na gestão pública e, para garantir que as recomendações se transformem em ações reais, o TCE-PB determinou que os gestores estaduais e municipais apresentem um Plano de Ação detalhado (Acórdão APL-TC-510/2025).

O TCE-PB continuará orientando e realizará monitoramento para verificar se as recomendações saíram do papel e se tornaram realidade.

Afinal, a Primeira Infância não pode esperar, e garantir direitos às crianças é uma responsabilidade de todos - gestores, instituições e a sociedade civil.

Com planejamento, integração e compromisso, é possível transformar a realidade e construir um futuro melhor para toda a Paraíba.

Leia o Relatório de Auditoria Operacional em Políticas Públicas voltadas à Primeira Infância na Paraíba (Processo TC Nº 07533/24):



Clique para acessar

Leia o ato que formalizou a decisão - Acórdão APL-TC-00510/25:



Clique para acessar